

Ref.: CLME'2011_2101A

PATRIMÓNIO LUSO-AFRO-TROPICAL: O EXEMPLO DAS ROÇAS DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. DESAFIOS PARA A SUA CONSERVAÇÃO E REABILITAÇÃO, E O SEU POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO.

Ana Silva Fernandes, Manuel Fernandes de Sá, Rui Fernandes Póvoas

Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto
Porto, Portugal.

Email: ana.sfernandes@gmail.com

RESUMO: *Em contextos de escassos recursos económicos, o património construído é recorrentemente transferido para segundo plano na escala das prioridades, não sendo considerado o seu potencial enquanto catalisador para o desenvolvimento. Esta situação é agravada em territórios colonizados, devido a factores que se estendem das alterações socioeconómicas e territoriais decorrentes da colonização, descolonização e independência até às lacunas técnicas e infra-estruturais.*

O presente artigo tem como intuito contribuir para a reflexão em torno do património e dos sucessivos contributos nele impressos. Apresentam-se como caso de estudo as Roças de São Tomé e Príncipe, empresas agrícolas criadas essencialmente para culturas extensivas como o café e o cacau, que constituem relevantes assentamentos e elementos estruturantes do território, analisando os desafios que enfrentam assim como o seu potencial para o desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

“Every culture defines itself at least in part by what it cherishes of its past heritage. The built environment is an important if not essential part of this legacy, though in many cities of the developing world it is being destroyed” [Serageldin, 1997]

A memória do passado assenta num legado múltiplo, de que o ambiente construído constitui parte integrante e, neste enquadramento, a noção de *património* tem vindo a ser expandida para albergar vertentes mais amplas, estendendo-se do edifício ao conjunto e à paisagem, assim como do legado físico à vertente imaterial.

O *património material* tem também usufruído dessa tendência para uma compreensão ancorada em princípios mais abrangentes, enquadrando-o no seu contexto espaço-temporal, e assumindo que é desenhado não só pelas obras de excepção – como monumentos ou referências religiosas – mas também por edifícios correntes, onde transparecem as intenções estratégicas de “fazer cidade” e onde se impregnam os fundamentos culturais, económicos e sociais da sociedade.

Assim, vários princípios têm ganho maior visibilidade no processo de discussão e tendem a reflectir-se também nos mecanismos de sensibilização e protecção: como o reconhecimento de que o património constitui um *testemunho vivo* e portanto um processo em constante transformação, ou de que é *plural* e decorre de múltiplos contributos e da diversidade cultural.

Do ponto de vista operativo, estes princípios surgem nas sucessivas linhas condutoras de intervenção no património: mencionando apenas algumas, a Carta de Atenas de 1931 da Sociedade das Nações indica que as novas intervenções deverão ser reconhecíveis e

reversíveis; em 1964 a Carta de Veneza estabelece o ICOMOS, defende a afectação dos monumentos a uma função útil à sociedade e reconhece como válidos os contributos de diferentes épocas. Já em 2000, a Carta de Cracóvia preconiza a intervenção no património através de um projecto onde se articulem os diversos contributos, áreas disciplinares e famílias de elementos físicos, assim como uma postura proactiva onde se contemplem o enquadramento socioeconómico e flexibilidade para futuras mutações [Dias, 2008].

Assim, a discussão global em torno do património tende não só a abranger temas mais alargados, mas principalmente a aproximar-se mais da sociedade civil, das suas necessidades contemporâneas e aspirações futuras, num entendimento do património não só como peça de relevante valor simbólico, mas também enquanto catalisador funcional, social e económico.

A discussão global de linhas estratégicas de intervenção no património, assim como a sensibilização para os seus desafios e potenciais, pretendem orientar o reflexo em mecanismos e legislação nacionais e internacionais.

E se este processo caminha para a consolidação no contexto ocidental, numa grande parte dos países em desenvolvimento encontra-se ainda em fase embrionária. Os factores que contribuem para este desequilíbrio são diversos (e por vezes sobrepostos), começando pelas extensas lacunas infra-estruturais e económicas, e portanto as limitações ao nível do Estado para a sensibilização, o apoio técnico, a aquisição de bens e a intervenção, num tema que é muitas vezes remetido somente para a agenda cultural e a que é atribuído um papel acessório. Adicionalmente, muitos desses países detêm um passado de colonização, tendo sofrido processos de alterações radicais na sua estrutura territorial, política, social, cultural e económica, e herdado sistemas e construções por vezes desadequadas às suas necessidades, que perpetuam ou acentuam as disparidades. Acresce ainda a questão regulamentar, especialmente em Nações mais jovens, em que a legislação quer patrimonial quer do próprio ambiente construído poderá ser inexistente, incipiente, insuficiente ou com dificuldades de implementação e fiscalização.

Neste enquadramento, apresenta-se neste artigo o exemplo das Roças de São Tomé e Príncipe, complexos agrícolas tropicais para a cultura extensiva de produtos como o café e o cacau. Demonstra-se assim um exemplo de um legado que é testemunho do quotidiano no tempo: estruturas que, não sendo idealizadas como monumento, mas como resposta a propósitos funcionais específicos, a exigências de produção económica e enquadrados numa estrutura social própria, adquirem relevância enquanto elementos estruturantes do território, marcos de qualidade arquitectónica e laboratórios de interacção socioespacial.

Este texto inicia-se com uma contextualização temática da discussão em torno das múltiplas afiliações que contribuem para a construção da identidade e do território, o que vem a construir um legado plural e multicultural. Descreve posteriormente o contexto de São Tomé e Príncipe e o processo de criação das suas Roças, para apresentar a investigação em curso e a sua metodologia. Numa parte de análise, foca diversos aspectos da configuração actual das Roças: a sua implantação e papel territorial, as alterações sofridas e a forma como os espaços são vividos, as suas características arquitectónicas e construtivas, assim como o estado de conservação. Seguidamente, reflecte-se sobre os desafios que enfrentam e o seu potencial para o desenvolvimento, terminando com notas conclusivas de remate das temáticas abordadas.

1.1. Um “Luso-Afro-Tropicalismo”

O luso-tropicalismo constitui uma ideia intensamente relacionada com a obra do sociólogo Gilberto Freyre, nascida do estudo da construção do território Brasileiro e da percepção da actuação do Português no mundo através de uma estratégia de miscigenação, de mútua

influência e de síntese entre a portugalidade e os novos contextos onde se implanta [Castelo, 1998]. Defende que desse processo resultam assim obras cuja matriz poderá ser portuguesa, mas que sofrem assimilações e apropriações, moldando-se ao meio de influência e reunindo contributos de diversas fontes.

Esta ideia é partilhada por outros autores: Sérgio Buarque de Hollanda [1995] designa o português de “*semeador*”, que encara um novo território como terreno onde se poderão dispor livremente os eixos e pólos que necessita para o exercício dos seus objectivos. Afirmar ainda que a própria escolha dos locais de implantação das cidades de fundação, recorrentemente em locais elevados ou em reentrâncias litorais, parece não denotar preocupações de expansão nem uma perspectiva de planeamento a longo prazo, mas antes um estrito e pragmático investimento para a exploração de recursos e potenciais do local. Contrapõe esta atitude a uma postura hispânica de “*ladrilhador*”, que cria a cidade de fundação pela implementação de modelos regulares com traçados ortogonais, onde até a escolha do local de implantação obedece já a essa perspectiva. Acrescenta que para o povo espanhol a paisagem é moldada segundo esse propósito de impor uma nova ordem no mundo conquistado, num “*esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste: é um ato definido da vontade humana. As ruas não se deixam modelar pela sinuosidade e pelas asperezas do solo; impõem-lhe antes o acento voluntário da linha reta*” [Hollanda, 1995: 96].

Também Nuno Portas, arquitecto e urbanista, refere que a implantação da cidade portuguesa no ultramar obedece à ideia de que “*o desígnio precede o desenho*” [Portas, 2004: 17], afirmando que a manipulação lusa do território assenta mais em princípios estratégicos do que em modelos pré-concebidos a implementar directamente no terreno. Desta forma, essa materialização assume contornos mais plásticos e adaptáveis à especificidade local, numa maior flexibilidade ao imprevisível. Reforça que, ao contrário das hispânicas *Ordenanzas de descubrimiento nuevo y población* de 1563, conjunto de regras de regulação do espaço urbano colonial, não haverá conhecimento de guiões normativos no contexto português, pelo que a cidade portuguesa é com frequência equivocadamente confundida com uma ocupação “espontânea” e sem regras. Os princípios estruturantes seriam pois definidos caso a caso no terreno, pelos *arruadores*, “*homens que soubessem do rumo da agulha e partissem as terras com pragmatismo mais... prospectivo*” [in Portas, 2004: 17], numa estratégia definida pela sensibilidade às características do terreno e não por uma lógica de imposição e de domínio.

O projecto colonial, e em especial o português, é fruto de extensas mutações e miscigenações, não só pelo reflexo de alterações na ideologia da potência colonizadora, mas principalmente por essa adaptação à especificidade de cada contexto e pela assimilação da cultura onde se implanta ou da sociedade que cria. Portugal exerce o seu projecto colonial numa extensa diversidade de territórios, que variam em termos geográficos, climáticos e culturais, e cujos factores e características definem portanto linhas de actuação que partilham entre si pontos comuns mas que se distanciam noutros: uma “especialização” produtiva ou a escolha de cada cultura agrícola específica impõe extensas repercussões na organização fundiária, na estrutura social, no povoamento e na construção local. E o continente africano constitui um amplo e riquíssimo laboratório, onde foram testadas diversas abordagens e estratégias, e onde se assimilaram contributos e mutações ao longo de cinco séculos de colonização em que se estabeleceram ligações para Oriente e Ocidente.

Mais de três décadas após a independência dos territórios ultramarinos portugueses no contexto africano, numa época assumidamente rendida à mundialização, o reconhecimento da multiplicidade de afiliações e referências na construção identitária, surge já de forma mais natural, e é com interesse e curiosidade que se investigam mecanismos de assimilação e de mútua influência, de que o património edificado é também testemunho.

1.2. São Tomé e Príncipe

O território de São Tomé e Príncipe, localizado no Golfo da Guiné sob a linha do Equador, atravessou diversas mutações desde a situação de relevante entreposto comercial e exportador mundial de cacau à sua actual condição de micro-Estado em desenvolvimento.

A chegada dos portugueses em 1470 à ilha de São Tomé e no ano seguinte à do Príncipe iniciou o longo processo de cinco séculos de colonização. A sua implantação geoestratégica, como plataforma para as rotas do atlântico e a costa africana, ditou o seu uso como entreposto comercial, em especial para o tráfico de mão-de-obra escrava. A fisionomia acidentada das ilhas [Figura 1A], em que a altitude ascende a 2000m na ilha de São Tomé e a 950m na do Príncipe, determina uma ocupação tendencialmente costeira e nos *plateaus* nordeste, tendência que se estende até à actualidade.

A exploração económica do pequeno arquipélago inicia-se com a cultura de cana-de-açúcar, através da ocupação da faixa litoral e da implantação de engenhos a partir do final do séc. XV e durante o séc. XVI [Figura 1B]. Com a descoberta do território brasileiro, oferecendo melhores condições para a produção desta cultura, São Tomé e Príncipe atravessa um período em que a influência colonial se limita à manutenção do comércio escravagista, cuja abolição em 1842 obriga à reorientação estratégica do projecto colonizador. A planta do café já tinha sido introduzida nos primeiros anos do século XIX, e a do cacau duas décadas mais tarde, pelo que é neste contexto que surge um forte investimento nestas culturas e uma extensiva missão de reorganização territorial e socioeconómica para esse fim, da qual resultaram estruturas produtivas – as *roças* – criadas para a maximização da produção [Figura 1C]. Com a extensão das terras de cultura, o pequeno arquipélago torna-se um forte exportador mundial de cacau entre o fim do século XIX e os primeiros anos do século XX, vindo a decair a partir de 1930. No seguimento de mudanças na ideologia colonial nas décadas de 50 e 60, foram gerados investimentos em planos reestruturadores do território, processo interrompido pela auto-determinação do arquipélago.

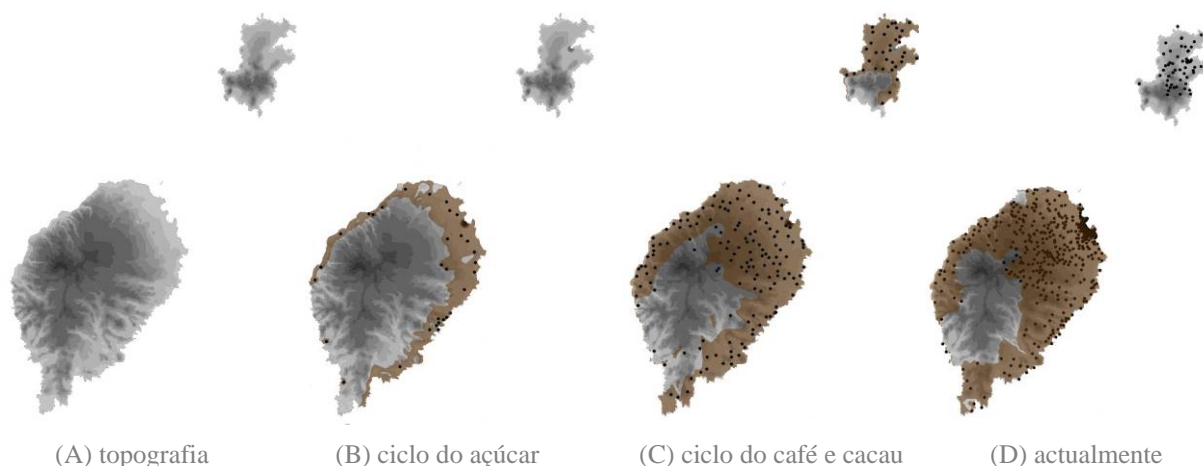


Fig 1. Esquemas da ocupação de S. Tomé e Príncipe: (A) topografia [IMVF, CEGOT-UC]; (B) séc.XVI, implantação dos engenhos e área costeira de plantações de cana-de-açúcar (há registos da existência de engenhos na ilha do Príncipe, embora não se tenham encontrado mapas) [ASF, baseado em Tenreiro, 1961]; (C) sécs. XIX-in.XX, implantação das Roças e progressão para o interior das áreas de cultura [ASF, baseado na Carta de 1958, JIU-UM e Tenreiro, 1961]; (D) distribuição da população em 2001 [ASF baseado em IMVF, CEGOT-UC, INE].

À data da independência, cerca de 86% da terra pertenceria a proprietários residentes no exterior [PNUD, 2008: 54] e, num contexto de alinhamento socialista do novo Estado, foi implementada a nacionalização de terras. Posteriormente, com a mudança para um

enquadramento político multipartidário, a privatização de algumas das propriedades foi permitida, realizando-se também a subdivisão em talhões e redistribuição. Actualmente [Figura 1D], o modelo fundiário é híbrido, contemplando terras sob tutelas diferentes e com regimes de propriedade que variam do privado à concessão ao Estado. Muitas das antigas roças transformaram-se em assentamentos improvisados, utilizando as estruturas herdadas para colmatar as necessidades contemporâneas. A República Democrática de São Tomé e Príncipe pertence actualmente ao grupo de Países Menos Desenvolvidos (LDC – *Least Developed Countries*) e aos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS – *Small Insular Developing States*), encontrando-se cinquenta por cento da sua população abaixo do limiar de pobreza. Todos estes factores e mutações marcam o território o moldam o presente legado arquitectónico, e é nestas circunstâncias que o seu papel enquanto catalisador para o desenvolvimento se torna essencial.

1.3. A Roça

Tendo a colonização do território de São Tomé e Príncipe sido direccionada para culturas agrícolas extensivas - cana-de-açúcar, café e cacau como centrais, mas também para produtos como copra, quina, coconote ou azeite de palma - que ocupam vastas áreas de cultivo e exigem mão-de-obra intensiva, o projecto de maximização da sua produção reflecte necessariamente estas exigências: pelo sucessivo domínio de terras conquistadas à floresta interior, pela estrutura laboral baseada em trabalho escravo e mais tarde contratado, e ainda pela sua dispersão no território e configuração dos complexos de produção.

A Roça forma portanto um conjunto agrícola constituído pelas terras de cultivo e por complexos funcionais de suporte à produção. Muitas destas estruturas operavam em rede, segundo uma organização em sede e dependências [Figura 2], estabelecendo portanto uma hierarquia de funcionamento e de gestão interna. Em alguns dos exemplares, as extensas áreas de cultivo eram servidas por uma rede ferroviária interna para transporte de mercadorias e de trabalhadores [Figura 3]. Num território acidentado e de densa vegetação, a ligação à costa constituía também uma necessidade e uma mais-valia para facilitar o escoamento de mercadorias, optando-se com frequência por uma implantação costeira [Figura 4]. Da mesma forma, também os complexos agrícolas são desenhados de forma a assumir o maior grau possível de autonomia, como uma micro-cidade que encerra em si as funções necessárias ao seu pleno funcionamento a todos os níveis [Figura 5]. Embora variando nos exemplares e no tempo, podem englobar estruturas de processamento da matéria-prima (secadores, armazéns e até fábricas), de manutenção do complexo (oficinas, serrações, serralharias, cocheiras, currais), de habitação (do proprietário, de trabalhadores coloniais e de serviços separadamente) e de apoio social (hospital, enfermaria, escola, cozinhas e sanitários).



Fig 2. Esquema da organização das Roças do Príncipe em sede-dependências (ligações a vermelho) [ASF].

Fig 3. Exemplo de caminho-de-ferro para transporte de trabalhadores e mercadorias, Roça Uba-Budo [IICT].

Fig 4. Exemplo de implantação costeira, de modo a escoar a mercadoria por via marítima, Roça Água Izé [IICT].

Há que salientar não só que o projecto colonial não é uno no tempo - sofrendo diversas alterações ideológicas e reacções a ciclos económicos - como se encontra em constante diálogo com o contexto onde se implanta e com as restantes potências colonizadoras, usufruindo também de bens internacionalmente comercializados. O ambiente construído reflecte estas influências, com a importação de desenhos e sistemas construtivos que são tidos como inspirados no “chalet” europeu [Fernandes, 2005: 42-3], nomeadamente na grande inclinação das coberturas, no tratamento das madeiras, nas varandas ou torreões. A tabela da “*Natureza, valor e procedência das mercadorias importadas nas alfandegas de S. Thomé e Príncipe no anno de 1905*” [Mantero, 1910] regista a importação de vários produtos relacionados com a construção civil, como “cal e cimento” a partir de Portugal e Ilhas Adjacentes, Alemanha, Bélgica, França e Inglaterra, assim como “madeira em obra” de Portugal, Bélgica e um pouco da Alemanha, e ainda “tijolo, ladrilho e cantaria” essencialmente de Portugal e em pequena parte de Inglaterra.

Com a independência, processa-se a alteração dos pressupostos que deram origem à organização colonial da sociedade e do território em São Tomé e Príncipe. A herança de uma estruturação agrícola tendencialmente de monocultura, e a perda da sua relevância para a fragmentação em cultura de subsistência, assim como a alteração da estratificação laboral e social, introduzem desfasamentos ao nível da utilização das estruturas existentes, da sua adequação às necessidades contemporâneas e das expectativas a elas vinculadas, surgindo neste contexto a investigação que se apresenta.

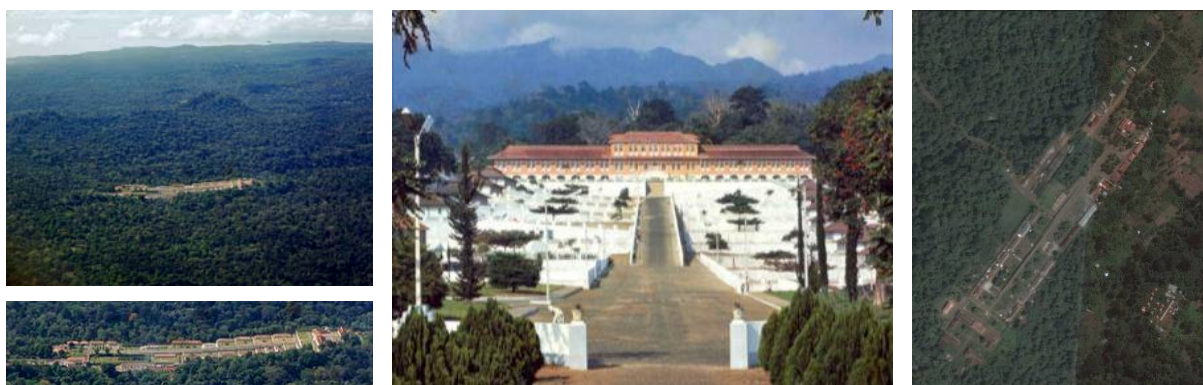


Fig 5. Roça Agostinho Neto (antiga Rio do Ouro), Ilha de São Tomé [IICT, GoogleEarth].

2. INVESTIGAÇÃO EM CURSO

O relevante valor das Roças de São Tomé e Príncipe reside não só no seu papel enquanto elemento estruturante do território – como complexo equipado das mais variadas funções para prover a sua auto-suficiência – e fundador de grande parte dos actuais assentamentos humanos, mas também na qualidade arquitectónica e na inovação dos desenhos e tecnologias utilizadas.

A compreensão dos seus mecanismos de implantação, estratégias e sistemas construtivos, assim como a análise de relações e transposições a partir de diferentes influências arquitectónicas, o seu estado de conservação e as formas de utilização e apropriação do espaço, poderão contribuir para a percepção do potencial destas estruturas enquanto motores para o desenvolvimento, não só do ponto de vista cultural e da produção de conhecimento, mas também socioeconómico, de forma a ultrapassar os extensos desafios que se colocam neste contexto de extensas carências socioeconómicas.

2.1. Metodologia

O estudo das Roças de São Tomé e Príncipe insere-se num trabalho de investigação mais alargado¹, e parte da revisão literária tanto de fontes históricas como de interpretações de outros autores para a construção de um quadro interpretativo de base, complementado por extensos levantamentos arquitectónicos, funcionais e de estado de conservação, permitindo a realização da análise em curso.

A componente prática de levantamento é constituída por uma primeira fase de amostragem mais alargada que tem por base um inquérito de 112 Empresas Agrícolas realizado em 1987 por João Abreu Lima, Manuel Sousa Guedes e Sebastião Sousa Guedes, às quais se acrescentam alguns exemplares que assumiram entretanto relevância, perfazendo um total de 118 unidades. A utilização de uma listagem pré-existente, ainda que não contemplando todos os parâmetros que se pretende analisar na actualidade, permite comparar as mutações introduzidas ao longo do tempo e acompanhar a evolução do estado de conservação das estruturas estudadas. Adicionalmente, a percepção de uma larga extensão de exemplares permite a realização de uma visão de conjunto e a identificação de padrões, recorrências e divergências, para serem exploradas em maior pormenor. Posteriormente e numa segunda fase, pretende-se que uma análise mais detalhada de temas, tipologias e sistemas construtivos permita a interpretação, explicitação e ilustração de relações, mutações, desafios e potenciais.

3. ANÁLISE EM CURSO

O trabalho de levantamento encontra-se em curso (entre Junho e Agosto de 2011), pelo que a informação abaixo apresentada constitui ainda uma pequena parte da totalidade dos dados recolhidos. O presente texto aponta algumas destas questões, que serão desenvolvidas com maior extensão e profundidade com o decorrer da investigação. Através do presente estudo, pretende-se contribuir para o conhecimento e documentação das estruturas existentes, assim como para a discussão do seu potencial e de mecanismos de intervenção.

3.1. Implantação e organização

Para além de entreposto comercial das rotas atlânticas, a colonização de São Tomé e Príncipe baseia-se num sistema agrário de latifúndio - a cultura rendeira extensiva – quer numa fase inicial das plantações e engenhos para a cana-de-açúcar (essencialmente no século XVI) quer no ciclo do café e do cacau (que se concentram na segunda metade do século XIX e início do século XX). As extensas áreas territoriais necessárias a uma produção de escala, ditam a estratégia de implantação dos complexos de produção: a sua dispersão pelo território e as suas vastas áreas de influência, assim como as dificuldades de mobilidade acentuadas pela topografia acidentada e a densidade da vegetação são possivelmente os factores que ditam a necessidade de assegurar a autonomia dos complexos enquanto unidades praticamente auto-suficientes. Desta forma, a existência de uma ampla diversidade de funções e equipamentos dentro do complexo de produção da Roça constitui não só uma característica recorrente, como também dinâmica no tempo: a adição de valências ao sistema, acompanhando a identificação de novas necessidades – como a provisão de equipamentos sociais ou de instalações sanitárias

¹ É integrado na pesquisa da primeira autora [ASF] sobre iniciativas ascendentes nesse território, ao abrigo do Programa Doutoral em Arquitectura da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, e com orientação do segundo e do terceiro autores. Partilha ainda a componente de criação de uma base de dados conjunta e de levantamentos arquitectónicos com o Arquitecto Hugo Machado da Silva [HMS], Doutorando da mesma Instituição com orientação de Sérgio Fernandez, que se dedica à investigação da génese e mutações destas empresas agrícolas sob uma perspectiva histórica.

e de apoio – é perceptível na evolução da configuração do conjunto e identificável nos seus edifícios e sistemas construtivos.

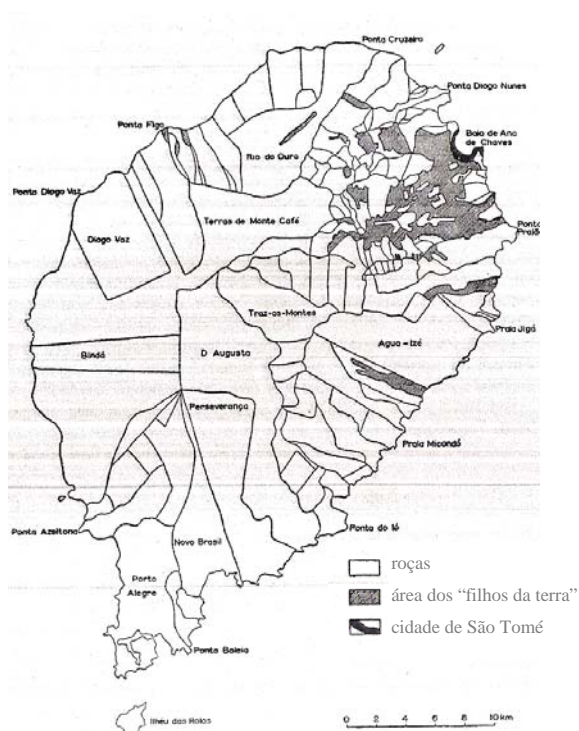


Fig 6. Retalhamento do solo na Ilha de S. Tomé, onde é perceptível a área das rocas [Tenreiro, 1961].

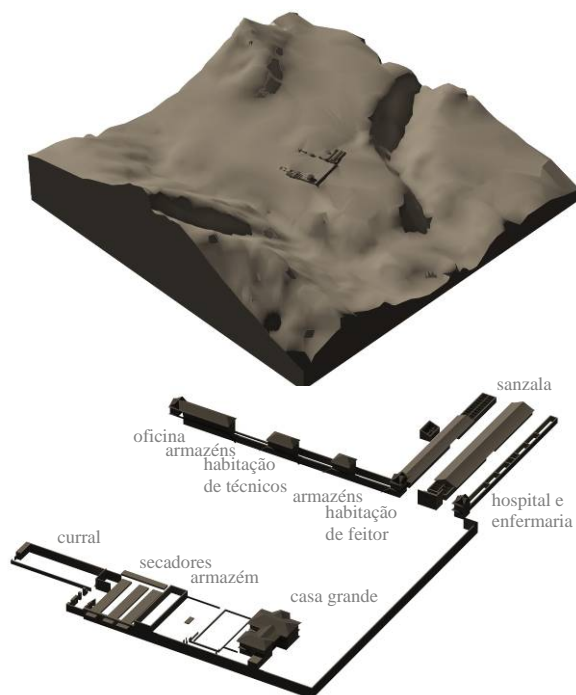


Fig 7. Exemplo da implantação e organização do complexo da Roca Bombaim [ASF, HMS, 2010].

A maior parte dos edifícios actualmente existentes nas Roças de São Tomé e Príncipe datam provavelmente dos últimos anos do século XIX e das primeiras décadas do século XX, embora existam complexos mais recentes e os próprios edifícios dentro de cada complexo possam corresponder a datações diversas, num processo dinâmico de adaptação e de sucessivo investimento [Figuras 8 e 9].



Fig 8. Exemplo de parte da Roça Bombaim, Ilha de São Tomé. Habitação de feitor (no cunhal, com dois pisos), sanzala (habitação dos serviçais em construções lineares) e instalações sanitárias (num volume anexo, mais recente). (A) montagem fotográfica, (B) alçado. [HMS, ASF, 2010].



Fig 9. Exemplo da Roça Rio do Ouro (actual Agostinho Neto), em que apresenta uma primeira fase de construções em madeira (A) [IICT], posteriormente substituídas por novos edifícios de alvenaria (B) [ASF].

Desta forma, grande parte das estruturas actualmente existentes enquadram-se na categoria de “edifício antigo”, que pode ser definido como *“aquele que foi construído antes do advento do betão armado como material estrutural dominante, ou seja, antes do aparecimento do cimento Portland, recorrendo portanto a materiais e tecnologias tradicionais para a construção dos diferentes elementos constitutivos”* [Appleton, 2003: 2].

3.2. Sistemas construtivos e materiais

Os materiais mais utilizados são portanto a madeira, a pedra, o tijolo, a cal e a telha marselha, surgindo ainda com frequência reforços metálicos realizados com os carris dos caminhos-de-ferro, ocasionalmente estruturas metálicas, e de betão armado nos exemplares mais recentes.

Os sistemas construtivos até agora identificados baseiam-se em combinações destes materiais, encontrando-se abaixo listados [Tabela 1] e ilustrados [Figuras 10 e 11], numa primeira e ainda incompleta sistematização destas características. Aproximam-se às técnicas utilizadas em território português, embora com adaptações à disponibilidade de materiais e às exigências climáticas dos trópicos. A sua preponderância, recorrência e distribuição temporal e geográfica estão ainda em estudo.

Tab 1. Listagem de sistemas construtivos identificados nas Roças de São Tomé e Príncipe, através de referências bibliográficas e de observação directa [ASF, 2011].

USO	DESIGNAÇÃO	CARACTERIZAÇÃO
fundação	estaca e pau-a-pique	sobreelevação da construção ao solo através de estacas ou pilares de madeira
	muro de fundação	construção contínua de fundação
	pilar de fundação	construção pontual de fundação, por vezes
parede / muro	aparelho regular de junta seca	pedra talhada e aparelhada para encaixe sem ligamentos
	aparelho regular	pedra talhada com junta de argamassa
	alvenaria irregular / pobre / ordinária	pedra irregular ligada com argamassa
	alvenaria de tijolo	tijolo maciço/vazado com junta de argamassa
	alvenaria de bloco	bloco localmente produzido com pedra local e argamassa de cal
	alvenaria mista	alvenaria de pedra irregular e tijolo, unidos com argamassa
	parede de frontal	estrutura em madeira (horizontal e vertical com travamento diagonal), com enchimento em tijolo maciço (ou pedra) e argamassa
	tabique	estrutura em tabuado vertical, recoberto a fasquios, ripas horizontais para fixação da argamassa
	tabique horizontal	estrutura em madeira, recoberta com tábuas horizontais “em escama” (recobrimo a inferior)
	tabique a prumo com mata-juntas	estrutura em madeira, recoberta com tábuas verticais e ripas sobre as suas juntas
	tabique a prumo sem mata-juntas	estrutura em madeira, recoberta com tábuas verticais
	alvenaria de bloco	alvenaria de bloco de cimento unido por argamassa de cimento
	betão armado	betão aplicado sobre estrutura de ferro (usualmente carris de caminhos-de-ferro)
estrut. de cobertura	asna	estrutura de suporte da cobertura em madeira (pode ter reforços metálicos)
	vigamento de madeira	estrutura em que as paredes limítrofes e (algumas) interiores se prolongam até à cobertura
estrut. de piso	vigamento de madeira	estrutura de piso em viga de madeira
	laje	betão sobre malha de ferro



Fig 10. Exemplos de sistemas construtivos identificados na Roça Boa Entrada, Ilha de S. Tomé: (A) parede de frontal; (B) parede de tabique; (C) alvenaria de tijolo de dois furos; (D) reforços metálicos. [ASF, HMS, 2010].



Fig 11. Exemplos de sistemas construtivos identificados na Roça Bombaim, Ilha de S. Tomé: (A) tabique a prumo; (B) alvenaria ordinária; (C) com reforço de madeira; (D) reforços metálicos. [ASF, HMS, 2010].

De forma a lidar com as características climáticas locais, é visível uma preocupação em assegurar uma ventilação constante das construções e a sua protecção à humidade, sendo recorrente não só a elevação dos compartimentos ao solo, a presença de varandas e espaços cobertos, como também um desenho das estruturas de cobertura que tem esse factor em conta [Figura 12]. Será ainda necessário compreender que estas construções se integravam numa rede mais alargada de estruturas e tecnologias de suporte: as serrações e oficinas que tantas vezes tomavam parte nos complexos das Roças, assim como a existência de fornos de cal onde se processavam conchas e corais para formar esse ligamento, ou o fabrico local de tijolo e blocos, constituíam elementos que suportavam a construção e manutenção das estruturas arquitectónicas. e sem os quais a sua conservação é dificultada.

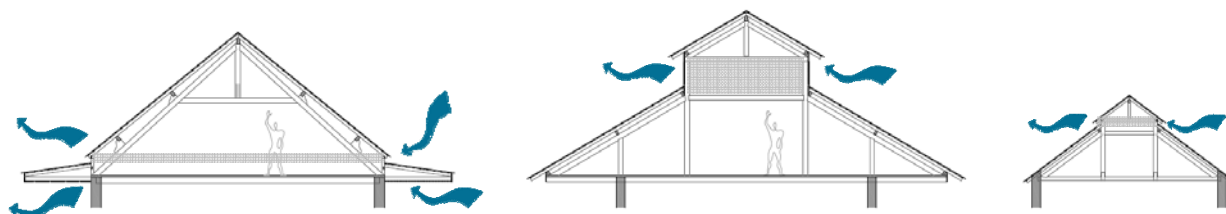


Fig 12. Exemplos de asnas de madeira para o suporte da cobertura, providenciando ventilação do desvão: (A) casa grande da Roça Boa Entrada, (B) habitação de funcionários na Roça Boa Entrada, (C) armazém na Roça Bela Vista, Ilha de São Tomé [ASF, HMS, 2010-11].

3.3. Mutações, usos e percepções

Com a auto-determinação do território São-Tomense, as roças sofrem uma alteração radical: a nacionalização de terras e a sua subdivisão pelos antigos trabalhadores das empresas

agrícolas, que transforma a original cultura extensiva de gestão hierarquizada para cultura de subsistência individualizada, produz a transição do carácter das roças de unidade de produção agrícola para povoação, alterando a sua lógica estrutural e organizacional.

A mudança na estrutura social aumenta a necessidade de provisão de habitação, introduzindo a maior preponderância dessa função nos complexos e a apropriação de grande parte dos edifícios existentes para esse fim [Figura 13C, a castanho]. Consequentemente, dois factores assumem especial relevância: por um lado, a consequente necessidade de adaptação dos espaços para áreas habitacionais, em especial pela sua alteração ou adição de valências (como cozinhas ou espaço para criação de animais de subsistência); por outro lado, o uso do espaço por populações frequentemente carenciadas e portanto com frágeis capacidades de manutenção das estruturas herdadas, em especial quando estas correspondem a sistemas construtivos e estratégias que os seus novos utilizadores não dominam, o que resulta na degradação do seu estado de conservação.

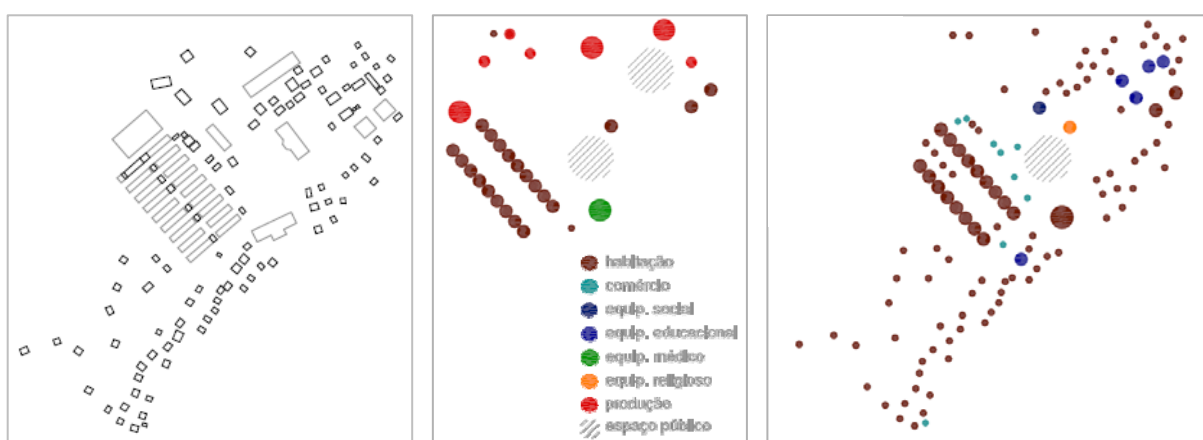


Fig 13. Mutações na Roça Boa Entrada, Ilha de S. Tomé: (A) esquema actual, com as construções coloniais a cinza e as populares a negro; (B) esquema dos usos originais; (C) esquema dos seus usos actuais. [ASF, 2010].

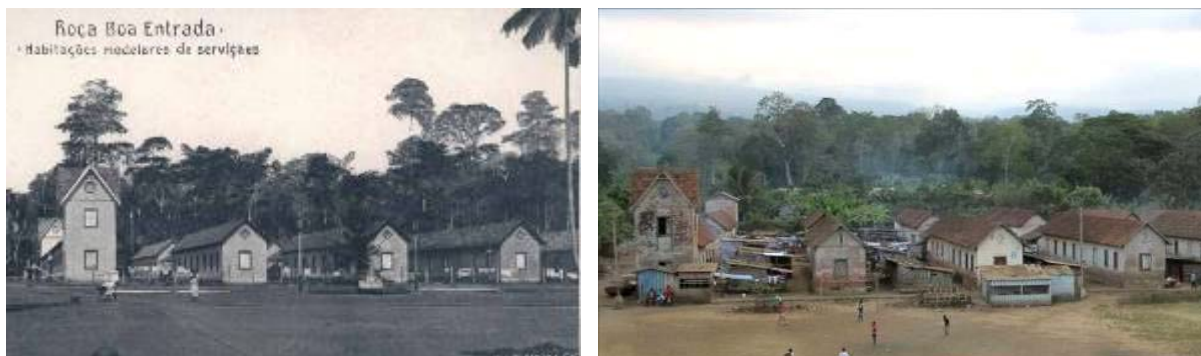


Fig 14. Mutações na Roça Boa Entrada, Ilha de S. Tomé: (A) no início do séc. XX [IICT], (B) em 2010 [ASF].

3.4. Estado de conservação e agentes de degradação

O estado geral de conservação das Roças de São Tomé e Príncipe é preocupante, embora existam algumas excepções que se restringem maioritariamente a edifícios isolados ou a casos em que a propriedade é privada.

Para o levantamento e análise do estado de conservação destas estruturas, adoptaram-se os parâmetros utilizados na inventariação de 1987 [Lima, Guedes, Guedes] que estabelece as classes de “mantido”, “regular”, “degradado”, “ruína iminente” e “ruína”. Por “mantida” entende-se uma estrutura cujas características se encontram preservadas e em bom estado de conservação; por “regular” definem-se os casos em que a estrutura está íntegra, embora não

preservando todas as suas características e necessitando portanto de intervenção; o estado de “degradado” corresponde a situações em que existem danos estruturais, patologias graves ou ausência de elementos constituintes; a classificação de “ruína iminente” aponta para danos estruturais profundos e a de “ruína” à situação de meros vestígios.

Esta classificação, atribuída a cada conjunto na inventariação de 1987 [Lima, Guedes, Guedes], aparece ilustrada na Figura 15, em que cada porção colorida corresponde à proporção de casos identificados nessa classe. Tendo-se identificado na actualidade uma grande heterogeneidade no estado de conservação dos edifícios dentro de cada conjunto, optou-se pela aplicação de uma classificação por cada edificação, numa sistematização que se exemplifica na Figura 16 e que será completada com o decorrer dos trabalhos de levantamento.

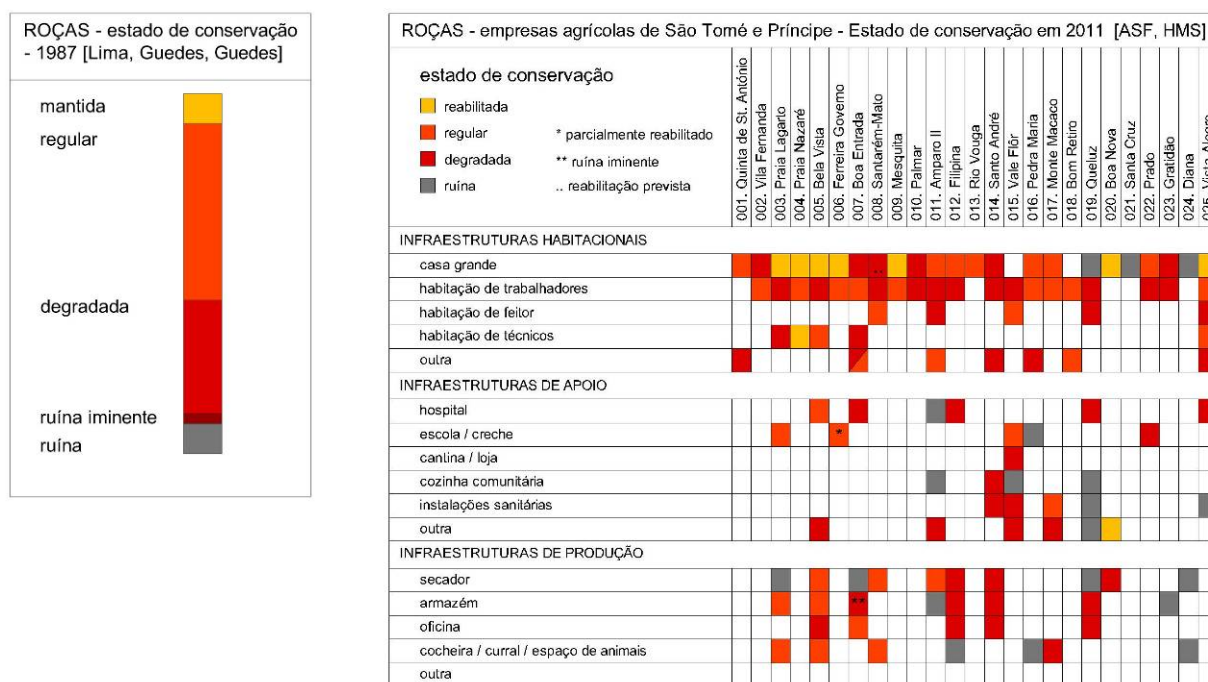


Fig 15. Estado de conservação de 112 Empresas Agrícolas de S. Tomé e Príncipe em 1987 [baseado nos dados de Lima, Guedes, Guedes].

Fig 16. Exemplo da inventariação em curso, apresentando o estado de conservação de 25 das 118 empresas agrícolas que estão a ser inquiridas [ASF, HMS, 2011].

As patologias mais recorrentes correspondem às consequências da combinação de acções físicas e biológicas, agravadas pela acção humana. Deste modo, a actuação dos agentes naturais – em especial a humidade constante e a intensa pluviosidade, a par com vegetação invasora e de rápido crescimento – produzem a fissuração e desagregação dos elementos de alvenaria, e a exposição e corrosão dos elementos metálicos embebidos, propiciando ainda as condições para o ataque de fungos e insectos xilófagos às estruturas de madeira das edificações.

Estas acções são agravadas pela acção humana: o abandono, a falta de manutenção, as alterações estruturais e a ausência de elementos constituintes constituem alguns dos factores que mais têm contribuído para facilitar a actuação destes agentes físicos e biológicos, e assim acentuar a degradação das edificações existentes. A combinação destes factores desencadeia sucessivas acções, e assim a aceleração da degradação.

Há ainda que ter em conta a esperança de vida de grande parte destes edifícios e a sua vulnerabilidade, tendo em conta que “(...) *os edifícios antigos têm, qualquer que seja a sua idade, já cumprida a função para que foram construídos, admitindo-se que o tempo médio esperado para a vida de um edifício será de 50 anos*” [Appleton, 2003: 9]. Portanto, e embora sejam construídos para estender a sua duração para além deste limite, a sua longevidade implica cuidados necessários de manutenção.



Fig 17. Exemplo de desabamento parcial de edifício por cedência da alvenaria (as fotografias correspondem a dois dias consecutivos), Roça Bombaim [ASF, 2009].

3. DESAFIOS

As dificuldades à conservação e reabilitação deste legado arquitectónico estendem-se a vários níveis, partindo de uma frágil situação socioeconómica do contexto em que se encontram: a escassez de recursos financeiros, materiais e técnicos, a falta de preparação especializada e de meios, a pluralidade de agentes de intervenção e de decisão, e a dificuldade em assegurar a continuidade e sustentabilidade dos esforços e investimentos introduzidos devido à dependência de financiamento externo, constituem alguns dos factores mais relevantes.

Outra questão também delicada prende-se com o regime de propriedade, em que se sobrepõem no território diferentes relações de titularidade, da privatização à concessão pelo Estado. Se por um lado a distribuição de terras que se seguiu à nacionalização das roças corresponde a uma distribuição mais equitativa que a concentração de propriedade, por outro a mobilização de esforços e de investimentos é dificultada. Da mesma forma, também as características territoriais, a orientação turística do sector económico e a recente perspectiva de exploração petrolífera dilataram as expectativas de valorização e especulação da propriedade. Com essa perspectiva em suspenso, o mercado de expectativas e a atribuição de concessões limitam as possibilidades de desenvolvimento com actuação a curto prazo, perpetuando a espera e a degradação por abandono.

Estas condições agravam-se ainda com as questões territoriais: a micro-escala e a insularidade (que dificultam a circulação de materiais e recursos humanos), a topografia ou as frágeis infra-estruturas e acessibilidades constituem ainda desafios adicionais.

4. POTENCIAIS

Em contrapartida, o potencial que estas estruturas detêm é igualmente marcante: o seu valor reside no papel de testemunho histórico do processo de manipulação territorial, de adaptação

a constrangimentos e novas exigências, assim como da apropriação através do tempo. Do ponto de vista urbanístico e arquitectónico representam também soluções inovadoras e singulares, com características relevantes de qualidade na inserção na paisagem, na organização de conjunto, nas tipologias de edificação e nos sistemas construtivos. A sua génese de organização em rede, assim como a estratégia de assegurar a autonomia dos complexos, podem sugerir possibilidades para o desenvolvimento dos actuais assentamentos, dispersos no território.

Da mesma forma, também a racionalidade construtiva que caracteriza grande parte dos edifícios destes conjuntos – onde se processa a standardização dos processos construtivos e a repetição de módulos e métricas – facilita a adaptação dos espaços para responder a exigências e funções diferentes das originais [Figuras 18 e 19].

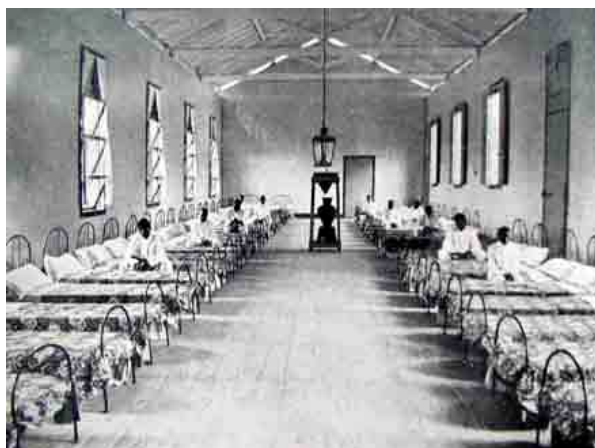


Fig 18. Enfermaria na Roça Rio do Ouro [IICT].



Fig 19. Atelier de Costura da “Escola de Campo”, no antigo Hospital da Roça Diogo Vaz [ASF, 2009].

5. NOTAS CONCLUSIVAS

O objectivo deste texto foi não só o de contribuir para a discussão em torno do património de influência Portuguesa no mundo, mas sobretudo o de realçar os múltiplos contributos, assimilações e mútuas influências que se estabeleceram no contacto entre culturas e contextos diversificados. Essa obra é, portanto, conjunta, e ultrapassa largamente as capacidades e características de um único povo, para constituir uma síntese do jogo de relações e das mudanças nas dinâmicas que se estabeleceram ao longo do tempo.

A apresentação do caso das Roças de São Tomé e Príncipe pretende documentar, analisar e interpretar um exemplo de estruturas que reflectem estas questões, onde se pretende exercer uma abordagem integrada, assente na sistematização da informação recolhida e levantada, na inventariação e análise do estado de conservação, no estudo da sua relação com a percepção dos usos do espaço e de novas necessidades, de forma a propor uma leitura crítica de desafios e potenciais.

A abordagem a este tema pode ser metodologicamente transposta para outros exemplos e casos de estudo, retirando os princípios estruturantes desta investigação: a importância do enquadramento das questões históricas, territoriais, estratégicas funcionais e construtivas na compreensão do património arquitectónico e na discussão da sua conservação e reabilitação; a importância da análise qualitativa e da percepção dos actuais usos dos espaços para a identificação das necessidades contemporâneas; e por último a relevância da sistematização, da visão global e do detalhe em simultâneo.

REFERÊNCIAS

- Appleton, J., *Reabilitação de Edifícios Antigos: Patologias e tecnologias de intervenção*, Amadora: Edições Orion, 2003.
- Castelo, C., “*O modo português de estar no mundo*”: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Biblioteca das Ciências do Homem. Edições Afrontamento, 1998.
- Cóias, V., *Reabilitação Estrutural de Edifícios Antigos: Alvenaria, Madeira, Técnicas Pouco Intrusivas*. Lisboa: Argumentum, GECORPA, 2007.
- Dias, Lino Tavares, *Leitura comparativa das Cartas de Atenas (1931), Veneza (1964) e Cracóvia (2000)*. Suporte às estratégias de intervenção em Património, comunicação integrada no Seminário “Legislação e gestão patrimonial” do Mestrado em Metodologias de Intervenção no Património Arquitectónico 2007/8, Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2008.
- Fernandes, J. M., *Arquitectura e Urbanismo na África Portuguesa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2005.
- Hollanda, S. B., *Raízes do Brasil*, Companhia das Letras, 1995 (1936).
- Lima, J. A.; Guedes, M. S.; Guedes, S. S., *Inventário do Património Edificado de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Fundação Amaro da Costa, 1987 (não publicado).
- Mantero, F., *A mão d’obra em S. Thomé e Príncipe*, Lisboa: 1910.
- Nascimento, A. (ed.), *Atlas da Lusofonia: São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Prefácio, 2008.
- Paiva, J.; Aguiar, J.; Pinho, P. (coord.), *Guia Técnico de Reabilitação Habitacional*, Lisboa: Instituto Nacional de Habitação, Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006.
- PNUD, *Rapport National sur le Développement Humain a São Tomé e Príncipe 2008. La problématique de la terre et le développement humain durable*. São Tomé, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2008.
- Portas, N., “Interrogações sobre as especificidades das fundações urbanas portuguesas”, in *Os tempos das formas, volume I: A cidade Feita e Refeita*, Departamento Autónomo de Arquitectura da Universidade do Minho, Guimarães, 2004.
- Serageldin, I., *The Architecture of Empowerment: People, Shelter and Livable Cities*. London: Academy Editions, 1997.
- Tenreiro, F., *A ilha de São Tomé*. Lisboa, Ministério do Ultramar, 1961.

CARTOGRAFIA E ICONOGRAFIA

[ASF] - Ana Silva Fernandes.

[CGU-JIU-UM] - *Carta da Ilha de S. Tomé*. Escala 1:75.000. Centro de Geografia do Ultramar, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar. Papelaria Fernandes, Lisboa: 1961.

[HMS] - Hugo Machado da Silva.

[IGC-JIU-MU] - *Carta de S. Tomé. Levantamento Aerofotogramétrico*. Folha nº 2. Escala 1:25.000. Instituto Geográfico e Cadastral, Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar, Lisboa: 1958.

[IICT] - Instituto de Investigação Científica Tropical.

[JIU-UM] - *Carta do Príncipe. Levantamento Aerofotogramétrico*. Escala 1:25.000. Junta de Investigações do Ultramar, Ministério do Ultramar, Lisboa: 1962.

[IMVF, CEGOT-UC] - *Sistema de Informação Geográfica. São Tomé e Príncipe*. Versão 1. Instituto Marquês de Valle Flôr e Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Coimbra, 2010.

AGRADECIMENTO

A presente investigação conta com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, sob a forma de Bolsa de Doutoramento da primeira autora, contributo sem o qual este estudo não teria sido possível.



Agradece-se também o contributo do Arquitecto Hugo Machado da Silva (referenciado como [HMS]), Doutorando da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, na realização conjunta dos levantamentos arquitectónicos das Roças de São Tomé e Príncipe.